**PRÁTICAS DOCENTES VINCULADAS AO CAMPO ARTÍSTICO QUE FAVORECEM A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN**

 [[1]](#footnote-1) Maria de Fátima Gomes Dos Santos

 [[2]](#footnote-2) Rosaria Maria de Castilhos Saraiva

**RESUMO**

A inclusão é um processo social que vem acontecendo no mundo todo. Tendo como ponto de partida a inclusão de alunos com síndrome de Down na rede regular de ensino, a pesquisa busca analisar a contribuição da arte no desenvolvimento e inclusão dos alunos com SD. Diante disso, realizou-se um levantamento bibliográfica para elaboração da pesquisa, e foram utilizadas leituras de autores referência no tema. O trabalho pretende responder à seguinte questão: quais as práticas docentes vinculadas ao campo artístico que favorecem a inclusão de crianças com Síndrome de Down? A pesquisa permitiu uma reflexão a respeito da importância do professor refletir sobre as diferenças e as especificidades dos alunos, de modo que ele possa reelaborar e resinificar suas ações pedagógicas, promovendo estratégias para contribuir no aprendizado de todos. O estudo tem como finalidade identificar a contribuição das atividades com artes na aprendizagem, desenvolvimento e inclusão dos alunos com síndrome de Down.

**Palavras-Chaves**: Arte, Inclusão, Síndrome de Down.

**INTRODUÇÃO**

A oferta de educação a pessoas com deficiências tem sido um assunto bastante discutido atualmente, ela vem se modificando com o passar dos anos. No Brasil especificamente após um longo período de exclusão e abandono, as atenções a esse tema ganharam forças no século XIX.

Em 1854 ocorre a criação do Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, três anos depois do Instituto dos Surdos-Mudos, atual instituto Nacional de Educação de Surdos, ambos na cidade do Rio de Janeiro, nesta época o perfil era muito mais voltado as deficiências visuais e auditivas continuando a excluir as limitações físicas principalmente as intelectuais.

Este cenário começou a mudar a partir de meados do século XX, com a criação de uma política de Educação especial, nesta época foram criadas instituições como: a sociedade Pestalozzi, APAE e outras. Em 1969 o Brasil contava com mais de 800 escolas especializadas na educação de pessoas com deficiência intelectual. Na década de 80 a educação especial começa a ganhar o caráter de inclusão.

Inclusão é um processo social que vem acontecendo no mundo todo, esse processo requer diversas transformações nos ambientes físico e mental, de todas pessoas envolvidas diretamente e indiretamente nesse processo, pois por décadas não era “normal” conviver com a presença de pessoas com necessidades especiais nos mais diversos âmbitos sociais, assim como nas escolas.

O termo inclusão é um termo amplo e remete à concepção de uma sociedade justa, igualitária, onde todos devem ter seus direitos, deveres e oportunidades garantidos. Ele vem tentar romper com a exclusão de qualquer minoria.

A escolha do tema tem como ponto de partida a vivência pessoal com uma pessoa com Down. Foi possível perceber que essa pessoa tem interesse especial por artes: músicas, danças e desenhos.

Percebeu-se assim o interesse dessas crianças pela arte, o que trouxe a necessidade de saber mais sobre as práticas docentes vinculadas ao campo artístico que favorecem o desenvolvimento de uma criança com a síndrome.

Acredita-se que com um bom trabalho pedagógico com artes é possível favorecer a inclusão de crianças com Down na rede regular de ensino.

Por este motivo, fica definido o seguinte problema de estudo**: quais as práticas docentes vinculadas ao campo artístico que favorecem a inclusão de crianças com Síndrome de Down?**

O trabalho foi realizado com base em uma revisão bibliográfica, que segundo Gil (2008), trata-se de “um levantamento bibliográfico atualizado fundamentado em materiais já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”

Foram definidos como autores principais que embasaram o trabalho, (2016), Casarin; Castanho (2016), Garcia (2011), Luiz (2008), entre outros, proporcionando exame aprofundado sobre o tema e a compreensão do fenômeno estudado.

Para auxiliar a pesquisa foram elaborados os objetivos: geral e específicos. Objetivo geral:

• Analisar as práticas docentes vinculadas ao campo artístico que favorecem a inclusão de crianças com Síndrome de Down.

Objetivos específicos:

• Caracterizar a inclusão: histórico, legislação e aspectos curriculares.

• Identificar as artes na escola e nas propostas inclusivas.

• Caracterizar a Síndrome de Down.

• Identificar as artes na escola e nas propostas inclusivas.

Com isso surge as seguintes questões: O que é inclusão? Qual o papel da arte na educação escolar? Qual a contribuição da arte nos processos inclusivos? O que é Síndrome de Down e quais suas particularidades? Qual a contribuição da arte nos processos inclusivos? Qual contribuição da arte para o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down?

Ao estudar a história da inclusão percebe-se que por décadas predominou na sociedade um padrão de beleza e perfeição, onde as pessoas com necessidades especiais foram vistas e tratadas de várias maneiras ao longo da história da humanidade, onde essas sofreram e ainda sofrem uma desigualdade de oportunidades e preconceitos. Por muito tempo essas pessoas foram mantidas segregadas e praticamente privadas do convívio social.

Por décadas esses cidadãos foram vistos como incapazes de serem educados, acreditando que não tinham condições, capacidades de aprender.

No início do século XVI, é que estudiosos mostraram a possibilidades dessas pessoas serem educadas. Nesse período houve uma melhor aceitação desses indivíduos com necessidades especiais.

Para o atendimento a esses indivíduos, foram criadas no Território Nacional, nas primeiras décadas do século XX, diversas instituições. Com elas surgiram também, documentos a favor da inclusão, dentre eles destaca-se: a Constituição Federal de 1988, Declaração Mundial de Educação para todos, Conferência Mundial de Salamanca na Espanha em 1994, LDB-Lei de Diretrizes e Bases entre outras.

Segundo Breitenbach (2016), a Declaração de Salamanca foi o primeiro documento em favor da inclusão. Em seu artigo 18: reconhece que as crianças com deficiências devem ter igualdades de oportunidades e desfrutar plenamente dos direitos humanos.

A educação inclusiva busca atender às necessidades especiais educativas de todos alunos, promovendo a diversidade e respeito de todas as pessoas. Entre as necessidades especais, destaca-se a Síndrome de Down.

A perspectiva da inclusão requer mudanças em termos de recursos materiais e humanos, para que ela aconteça de fato. Ela refere-se a sociedade se adaptar a necessidades dos cidadãos, desenvolvendo políticas que atendam todos seres humanos.

Segundo Luiz (2008), a inclusão escolar proporciona ganhos no desenvolvimento social e cognitivo das pessoas com necessidades especiais, entre ela as pessoas com Down.

Síndrome não é uma doença e sim uma condição genética. Esse nome Síndrome de Down, refere a Síndrome como um conjunto de sinais e sintomas.

As pessoas com essa síndrome apresentam características particulares marcantes, tais como aspectos físicos, mentais e cognitivos, o que reflete no seu desenvolvimento em um todo. Essas pessoas de maneira geral, têm seu desenvolvimento mais lento que as demais da mesma faixa etária.

Sampaio (2009) afirma que o trabalho com arte tem sido um caminho para a inclusão social das pessoas com Síndrome de Down.

Visto o interesse dessas crianças pela arte, sabendo que a arte é um tipo de conhecimento de acordo com a LDB- Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1996, e segundo os PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), ela favorece a integração entre a aprendizagem racional e estéticas dos alunos.

Inicialmente será caracterizada a inclusão: histórico, políticas, legislação e aspectos curriculares, com apoio em Garcia (2011), Macedo (2014) e outros autores. Segundo Macedo (2014) a inclusão refere-se a uma sociedade igualitária, onde todas as pessoas, incluindo as pessoas com necessidades especiais, têm suas características, especificidades respeitadas e seus direitos assegurados.

No Brasil a educação especial, assim como a educação em geral está profundamente relacionada a uma dimensão política e por isso tem passado por grandes transformações ao decorrer dos anos.

Garcia (2011) mostra que a educação especial é uma área de conhecimento que tem por objetivo avaliar buscar novas estratégias ofertaram atendimento educacional especializado complementar ou suplementar, é um suporte, enquanto área ela é transversal.

Uma das grandes transformações foi o fim da segregação de pessoas com necessidades especiais e a integração destas no meio social. Depois da integração, surge a inclusão que trata de incluir esses indivíduos em todos os âmbitos sociais, especificamente nas escolas atendendo e respeitando suas especificidades.

Contudo, segundo Macedo (2014), a educação especial está assegurada por algumas Leis, tais como: Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca, LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (BRASIL, 1996) ECA, CNE Conselho Nacional de Educação e resolução a favor da inclusão.

Em seguida serão identificadas as artes na escola e nas propostas inclusivas, com base em Casarin; Castanho (2016), Neves (2017) e Silva (2016), que mostram que a arte é um tipo conhecimento. E esta passou a fazer parte dos currículos escolares da Educação Básica em meados das décadas 80 e 90. A arte é caracterizada como possibilidade de atividade complementar que favorece a alfabetização cultural e contribui nos processos socialização, aspectos cognitivos dos alunos com necessidades especiais.

Também será caracterizada a síndrome de Down: aspectos físicos, emocionais, com base em Portes (2013), Wuo (2007).

Portes (2013) afirma que a Síndrome de Down é uma alteração genética que provoca modificações no desenvolvimento físico e mental, com isso vem acompanhada características marcantes entre elas a saúde, que necessita de acompanhamentos especializados principalmente na infância e o desenvolvimento cognitivo, que apresenta “deficiência intelectual”, onde essas pessoas tem mais dificuldades na coordenação motora, na fala, nos cuidados pessoais e lentidão na aprendizagem.

Segundo o autor a estimulação precoce tem sido associada como um fator bastante positivo para o desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down.

Por fim, serão analisados o desenvolvimento de crianças com síndrome de Down a partir da prática com a arte. Os dados serão analisados em através de um paralelo entre os pensamentos dos autores e serão interpretados em uma perspectiva didático pedagógica.

Este trabalho está destinado aos professores do ensino fundamental, coordenadores pedagógicos, direção de ensino, sobretudo os alunos da graduação de Pedagogia e outros professores que se interessam pelo assunto.

Espera-se que a leitura da pesquisa os conscientize sobre a relevância da inclusão e sua contribuição para o desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais, entre elas pessoas com síndrome de Down.

ARTE-EDUCAÇÃO A FAVOR DA INCLUSÃO

Inclusão tem sido um tema muito debatido nos últimos anos em decorrência da crescente presença de pessoas com necessidades especiais na sociedade. O percurso social e educacional desses sujeitos foi marcado por grandes momentos, ao longo da humanidade. Aos poucos caminha para construir uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Entende-se um Estado democrático aquele que proporciona a todos direito e deveres igualitários sem restrição, onde todos tem voz, o esforço coletivo na equiparação de oportunidades. Construir uma sociedade inclusiva é oferecer apoio, suporte aqueles que necessitam, respeitando todas as diferenças individuais e sociais.

Segundo Pinto (2017), a sociedade sempre impôs um padrão de beleza, e tudo que fugia ao estabelecido causavam estranhamento. Aqueles que apresentavam características físicas e mentais diferentes do seu grupo de origem eram vistos e tratados como loucos, perigosos, e eram retirados do convívio das pessoas ditas “normais”.

A presença desses sujeitos causava grandes estranhamentos à sociedade, daquela época, esses eram vistos como castigos divinos ou intervenção demoníacas. Silva (2009) enfatiza: na Idade Média o que predominava era a religião, onde a deficiência era vista como intervenções “demoníacas”, com isso muitos sofreram julgamentos, perseguições e execuções, eram excluídos totalmente do convívio social.

Esses momentos ficaram marcados de várias maneiras ao longo da história de vida das pessoas com deficiência. Os “anormais” sofreram práticas de abandono, negligência até mesmo extermínio. Primeiro se deu a exclusão à segregação, segregação à integração e a integração à inclusão desses indivíduos.

Ainda na Idade Média houve a segregação, onde foram criadas instituições que atendessem essas pessoas com intuito de afastá-los da sociedade, alegando o que essas pessoas ofereciam risco, perigo a sociedade. Este período ficou caracterizado como período de institucionalização, onde esses indivíduos eram encaminhados para instituições especializadas, asilos, ou conventos, colhidas como pecadoras ou consequência de pecados.

Segundo Mendes (2006), a história da educação especial no mundo surge nos séculos XVI, por médicos e pedagogos que lutaram em prol das pessoas com necessidades especiais. No começo as instituições tinham um carácter assistencialistas.

A história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados no aspecto pedagógico, numa sociedade em que educação formal era direito de poucos, esses precursores desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios os professores de seus pupilos. (MENDES, 2006).

Nos meados do século XIX, surgiram as primeiras classes especiais nas escolas regulares, onde esses alunos eram encaminhados com princípio da segregação que acreditava se os alunos fossem atendidos em ambientes separados, as suas necessidades especiais seriam mais bem atendidas.

O acesso à educação as pessoas com deficiências foi um processo muito lento, em comparação ao desenvolvimento educacional das demais pessoas. Este trouxe muitas mudanças nas sociedades com a luta pela igualdade social, responsabilizando os Estados, Escola e famílias o dever de construir uma educação para todos.

Aproximadamente no século XX, aparece uma proposta mais ampla da sociedade para os problemas da educação desses sujeitos. Surge um novo olhar a esses indivíduos, o olhar educativo e social.

A integração das pessoas com deficiências, o direito a educação e a oportunidade de participar na sociedade, a integração assumiu o aspecto de normalização no sentido de que todos eram “iguais” e “normais”, portanto, sem levar em conta a especificidade dos alunos especiais.

[...] As primeiras experiências de integração destes alunos em classes regulares corresponderam à intervenção centrada no aluno. O apoio decorria em salas próprias para o efeito, após um diagnóstico do foro médico ou psicológico. Era equacionado de modo a não provocar qualquer perturbação na turma do ensino regular, nomeadamente porque a permanência destes alunos na escola não acarretava mudanças a nível do currículo, nem a nível das estratégias pedagógicas utilizadas. A intervenção estava a cargo de professores especialistas, de psicólogos e de terapeutas. (SILVA, 2009).

Dessa forma, esses alunos não conseguiam acompanhar e adaptar as escolas regular, fica claro a necessidade de mudanças no âmbito escolar. Conforme Silva nas décadas de 1980 surgiram dentro das Políticas de integração a preocupação de preparar as instituições escolares para receber e atender as individualidades dos alunos especiais.

Nessa nova perspectiva, a escola e a sociedade que devem se adaptar para atender as necessidades das pessoas com deficiência, então surge a inclusão, que é um conceito amplo focado em atender a todos, respeitando e levando em consideração a especificidade de cada um indivíduo.

A educação é um direito social, partindo desse pressuposto existem alguns documentos que garantem a inclusão das pessoas especiais. No Brasil destaca-se a Constituição Federal de 1988 que garante a todos o direito a educação.

 Art. 205. À educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola[...] (CONSTITUIÇÃO FEDERAL,1988).

A Convenção de Guatemala refere-se à eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com necessidades especiais e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade. E a Declaração de Salamanca, reforça a situação de igualdade de direitos entre os cidadãos.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996), em seu art. 58: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino”.

 O artigo 59: estabelece que os sistemas de ensino “escolas” devem assegurar a esses alunos métodos, técnicas, currículos, recursos educativos e organizações específicos para atender educandos portadores de necessidades especiais”. (BRASIL,1996).

Esses documentos garantem ao acesso e permanência destes indivíduos nas escolas e na sociedade. A legislação, ao mesmo tempo que ampara esse acesso, não define a obrigatoriedade de escolarização desses alunos em uma escola comum, o que admite a possibilidade de escolarização que não seja na escola regular.

Segundo Pinto (2017), nas primeiras décadas do século XX, foram criadas no Brasil algumas instituições e escolas para atender ás pessoas com deficiências, entre elas estão: a Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro em 1948, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no Rio de Janeiro 1954 e em São Paulo em 1961 entre outras.

Apesar de todas as recomendações e legislações a favor da inclusão, existe uma discrepância e muita dificuldade ao se tratar da integração e inclusão.

A integração constitui-se em um atendimento assistencial, onde a mudança está centrada no sujeito integrado, ele tem que se adaptar, a sociedade disponha os recursos necessários ao processo de normalização.

 [...]a ideia de que as pessoas com deficiência poderiam e deveriam participar da sociedade, desde que se adaptassem às normas e valores sociais. Como alternativa ao modelo de atendimento segregativo em instituições fechadas, como asilos e casas-lares, surge a ideia de integrar as pessoas com deficiência, desde que elas pudessem se adaptar às normas estabelecidas socialmente[...] (WALBER, 2006).

Com a dificuldade dessas pessoas em se adaptar ás demandas da sociedade surge a discussão sobre a necessidade da sociedade se preparar para atender as pessoas com necessidades especiais, incluir.

Também na escola o processo de inclusão trouxe questionamentos. A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares passou a questionar valores e concepções arraigadas. É praticamente impossível incluir um aluno com deficiência numa classe regular sem questionar métodos de avaliação, processos de aceitação dos alunos na escola, conceitos sobre o que é normalidade/anormalidade[...] (WALBER, 2006).

A lógica da inclusão é uma sociedade justa e igualitária, trata-se de lidar com a diversidade, por isso exige mudanças em todos os âmbitos sociais, principalmente escolar. O movimento da inclusão busca ajudar os sujeitos com deficiência a enfrentar e superar as barreiras, dificuldades, preconceitos encontrados no dia a dia.

 A educação inclusiva não se baseia somente na solidariedade as pessoas com necessidades especiais, ela dá ênfase a educação de qualidade afim de contribuir para o desenvolvimento pleno de todos os cidadãos, garantindo assim a equidade entre todos.

A inclusão de sujeitos com síndrome de Down, tem sido um assunto bastante debatido na atualidade, devido à presença desses sujeitos nos diversos âmbitos sociais. De acordo com Luiz et al (2012) síndrome de Down é uma desordem genética que vem acompanhado de um conjunto de comodidades. Conhecida também como a trissomia do cromossomo 21, as primeiras discrições das características hoje conhecida como Síndrome de Down, aconteceu no século XIX, aproximadamente nos anos de 1838 e 1964, como mostra Streda (2016):

A descrição de Down – de um sujeito com as características que hoje conhecemos por síndrome de Down – não foi a primeira. O primeiro registro que se tem é de Jean Esquirol, em 1838. Em 1864, Edouard Seguin publicou nos Estados Unidos um livro contendo a descrição do que considerava um tipo de cretinismo, chamado por ele cretinismo furfuráceo, com características que sugeriam a síndrome. (STREDA, 2016).

O autor relata que na época era comum excluir crianças nascidas com deficiência e entregá-las em instituições especializadas, onde esses sujeitos eram colocados juntos sem levar em conta nenhum tipo de especificidade.

Assim, acontecia a segregação, ou seja, a retirada de todos os sujeitos que qualquer condição escapasse ao definido como “normal. Acreditava-se que as “anormalidades” era hereditária. Separando-os iria impedir a produção desses sujeitos e preservar a raça humana considerada “normais”.

Segundo Streta (2016) John Longodon Down foi diretor de uma instituição psiquiatra, observou entre os indivíduos que ali encontravam um grupo com características muito semelhantes. As primeiras atribuições feitas por ele a aqueles sujeitos “idiotas congênitos”, que se refere a atraso mental.

Conhecido na sua época como uma pessoa que lutava por melhorias de condições de vida aos indivíduos que viviam em asilos e instituições que acolhiam pessoas com necessidades especiais, John contribui bastante para o reconhecimento daqueles sujeitos.

De acordo Streda (2016) “A idiotia era uma característica definida por Down como sendo congênita, observável desde o nascimento”. O médico britânico e outros contemporâneos comparam e nomearam aqueles grupos de sujeitos como: Mongóis, por apresentarem semelhanças com a grande família de Mongol.

A grande maioria desses indivíduos apresentavam características semelhantes entre si. Quase sempre eram vistos como inúteis, pois não serviam para executar trabalhos industriais, poucas eram às vezes que esses indivíduos conseguiam executar esses tipos de atividades. Esse foi mais um dos grandes fatores que contribuíam para a segregação destes sujeitos.

Conhecida no primeiro momento como Idiotia Mongoloide, SD é uma alteração cromossômica, “a síndrome de Down mostra grande variação. A deficiência intelectual é uma das características mais frequentes, podendo variar desde um grau leve até a deficiência grave” (CASARIN; CASTANHO, 2016).

 Além da deficiência mental, a grande maioria dos sujeitos que tem SD, apresentam características físicas marcantes que podem ser observadas logo após o nascimento, tais como: boca pequena, cabeça mais arredondada, olhos puxados, entre outras.

Segundo Wuo (2007), o diagnóstico clínico da SD pode ser feito a partir do nascimento ou até mesmos antes, através do cariograma (estudo do cariótipo, identidade genética de um indivíduo).

A maioria das pessoas com SD apresentam diversos problemas de saúde, como: problemas cardíacos, problemas neurológicos, problemas auditivos, problemas visão, problemas sanguíneos e outros.

Wuo (2007) ressalta que mesmo sendo a grande maioria, não quer dizer que todos sujeitos com a síndrome de Down irão adquirir muitos dos problemas de saúde. Segundo o autor o único comprometimento que todos apresentam sem exceção é o comprometido intelectual.

Caracterizada como um acidente genético ocorrido na gestação causado pela presença do terceiro cromossomo do par 21, a SD derrubou o aspecto hereditário. A síndrome ficou conhecida como uma doença genética, e vem sendo “a mais comum” entre as demais.

Segundo Casarin e Castanho (2016), fatores como família e escola influenciam muito na vida e desenvolvimento das pessoas com síndrome de Down. Muitos pais ao receber o diagnóstico, levam um choque, pois rompe com as suas expectativas de um filho idealizado, por isso muitos responsáveis apresentam uma “resistência” e dificuldades para assimilar e a lidar com as particularidades dessas crianças.

Nesse sentindo, muitas das vezes por excesso de proteção e desconhecimento muitos pais optam por não matricular seus filhos em escolas regulares, com receio de que seus sofram preconceitos e não tenha suas necessidades, particularidades atendidas e respeitadas.

De acordo com Luiz et al (2008), o atendimento educacional das pessoas com síndrome de Down se deu por bastante tempo em instituições especializadas. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) destaca-se entre as instituições de atendimento especializado, entre os programas oferecidos ela oferece o Programa de Estimulação Precoce, que contribui para o desenvolvimento dessas crianças. Esse atendimento é oferecido até eles completarem os quatro anos de idade.

Após os quatro anos de idade o atendimento dessas crianças nas instituições especializadas é interrompido. Nesse momento os responsáveis são orientados a matricular esses sujeitos em uma escola regular.

Segundo Luiz et al (2008) os responsáveis encontram grandes dificuldades nesse momento, desde conseguir matricular seus filhos em uma instituição de ensino regular até mesmo em dar continuidade ao tratamento e atendimento que são necessários ao desenvolvimento dessas crianças, atendimentos que eram oferecidos nas instituições especializadas.

O atendimento e atenção adequado nos primeiros anos de vida dos sujeitos com SD, proporciona ganhos muito significativo no desenvolvimento para vida inteira.

Casarin e Castanho, (2016):

A estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor nos primeiros anos de vida, a educação inclusiva na idade escolar e as oportunidades de trabalho na idade adulta, além da participação na vida familiar e social, têm provado que a pessoa com síndrome de Down tem um grande potencial de desenvolvimento. (CASARIN; CASTANHO, 2016).

O diagnóstico e a estimulação precoce têm sido de grande contribuição ao desenvolvimento e desempenho social de pessoas com SD. Esses fatores vêm contribuindo para a inclusão desses indivíduos em diversos âmbitos sociais.

De acordo com a Constituição, o acesso “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. Ainda segundo a Constituição, o atendimento educacional especializado deve ser oferecido “preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL,1988). A inclusão das crianças com Síndrome de Down nas escolas de ensino regular traz ganhos indispensáveis.

A inclusão escolar propicia ganhos no desenvolvimento social e cognitivo das crianças com necessidades especiais, além de trazer benefícios também para as crianças com desenvolvimento típico. O modelo eficaz de linguagem é considerado um dos fatores favoráveis à inclusão, pois é por meio dele que ocorrem as interações sociais, as quais vão permitir à criança fazer parte do meio em que vive. (LUIZ, 2012).

Mesmo em tempos de implementações de diretrizes inclusivas e estudos mostrando a contribuição da inclusão no desenvolvimento dos alunos com deficiência e todos que fazem parte do processo, é possível ver que muitas instituições, profissionais não se sentem aptos a atender e trabalhar com essas crianças.

Segundo Luiz et al (2012) muitas das dificuldades encontradas no processo de inclusão desses sujeitos nas escolas regulares estão ligadas à falta de preparos dos profissionais, falta de apoio dos sistemas educacionais, principalmente na grande maioria das escolas públicas.

Para que a inclusão aconteça efetivamente ainda existem muitos desafios a serem vencidos, algo que requer comprometimento e tempo por parte dos órgãos responsáveis.

Segundo Casarin e Castanho, (2016) a sociedade deve buscar caminhos, estratégias para atender as especificidades das pessoas com necessidades especiais, criando caminhos que possibilita a aprendizagem desses indivíduos.

No contexto escolar mudanças são necessárias, elas estão extremamente ligadas na flexibilização no currículo, nos materiais e equipamentos de apoio, mas principalmente nas mudanças pedagógicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula, para auxiliar no aprendizado e desenvolvimento dos alunos com deficiência.

A arte sempre esteve presente na história da humanidade, desse modo ela é considerada uma forma de expressão do ser humano, através da arte o indivíduo pode se expressar e interagir no mundo em que vive. A presença da arte na educação não é algo recente de acordo com a literatura, autores diversos, tais como Casarin, Neves, Silva, entre outros, referem-se à arte como um caminho para trabalhar com alunos com necessidades especiais campo intelectual.

A arte, em suas diversas linguagens, tem sido utilizada no trabalho com pessoas que apresentam deficiência intelectual desde o século XIX, mas nem sempre a criatividade e a expressividade foram valorizadas. Pessoas com síndrome de Down fazem parte dessa população e têm participado das atividades artísticas. (CASARIN; CASTANHO, 2016).

No Brasil o movimento de arte-educação vem ganhando força desde as décadas de 80 e 90. A Lei 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional refere-se a arte como área de conhecimento e o ensino desta disciplina é obrigatório na educação básica. Embora ensino de arte seja uma disciplina obrigatória nos currículos, observa-se que de maneira geral ainda existe uma desvalorização deste conhecimento dentro das escolas.

[...]de modo geral, é uma precarização no ensino de Arte nas escolas. Os motivos são vários, mas acentuam-se a falta de estrutura física adequada para a realização dos processos de ensino-aprendizagens, bem como o curto espaço de tempo para o desenvolvimento dos mesmos[...]. NEVES, 2017).

Tempos e espaços são aspectos que devem ser respeitados no ensino de arte, no que diz respeito ao trabalho com alunos com Síndrome de Down este também é um fator que deve ser respeitado e levado em conta, visto que esses indivíduos apresentam uma aprendizagem mais lenta que os demais.

Ainda segundo Neves, os sujeitos com deficiência intelectual apresentam desenvolvimentos mais lentos como consequência do comprometimento cognitivo, isso acaba acarretando algumas dificuldades como: na expressão, na realização das suas tarefas do dia a dia e no desenvolvimento acadêmico desses indivíduos.

De acordo com a BNCC- Bases Nacional Comum Curricular, o ensino de arte no Ensino Fundamental é considerado um componente Curricular que está direcionado para a áreas de linguagens, esse complemento aborda cinco tipo de linguagens sendo: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança, arte integradas.

Através dessas linguagens o indivíduo se expressar de diversas formas. Ainda sobre a BNCC “uma última unidade temática, Artes integradas, explora as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação.”

Essa nova temática permite a articulação, integração das diferentes linguagens e áreas de conhecimento dentro do contexto escolar, se adaptando as mudanças da sociedade e da educação.

A atividade artística para pessoas com deficiência intelectual busca ultrapassar a mera atividade mecânica, como colorir contornos, e procura possibilitar a expressão da criatividade, a construção de significado, a aquisição e ampliação do vocabulário estético dentro de determinado contexto cultural. A aprendizagem de linguagens e técnicas artísticas permite a exploração e a descoberta por meio dos sentidos e da percepção para encontrar novas respostas e novas formas de estar no mundo. (CASARIN; CASTANHO, 2016).

Ao refletirmos sobre as dificuldades encontradas no atendimento aos alunos com síndrome de Down no ensino regular, observa-se a necessidade de ações pedagógica diferenciadas. Nesse sentido, chama- se a atenção as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas regulares que contribuam para o aprendizado e a inclusão desses alunos na rede regular de ensino.

Segundo Casarin e Castanho(2016), atividades envolvendo a arte promove o desenvolvimento de várias funções intelectuais aos alunos com SD, também favorece a socialização e autonomia desses sujeitos.

Atividades relacionadas as linguagens de Músicas, Dança, Arte Visuais, teatro, vem sendo utilizadas por diversos profissionais da área da educação no atendimento às pessoas com deficiência. Muitas vezes, esses atendimentos acontecem em Instituição Especializadas, com atividades direcionadas a pessoas com necessidades especiais em vários âmbitos, incluindo o intelectual.

Neves (2017), relata que nas escolas de ensino regular este atendimento é oferecido nas Salas de Recursos Multifuncionais e normalmente ofertado em contra turnos, segundo ele este atendimento especializado tem como objetivo “ampliar os saberes e as competências metafóricas da cognição”.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade do docente utilizar-se das linguagens artísticas para desenvolver práticas pedagógicas que possam auxiliar no ensino- aprendizagem e desenvolvimento de alunos com SD no ensino Regular.

Para Silva (2016), “O educador tem como função socializar saberes, para tanto se faz necessário o uso de metodologias adequadas para tornar o ato de aprender e construir conhecimentos, prazerosos e significativos.”

As práticas pedagógicas vinculadas ao campo da arte na escola de ensino regular ultrapassam as técnicas de pintura e colagem. Estudos vem demostrando que é possível desenvolver outras práticas pedagógicas com arte para auxiliar na aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência no campo intelectual.

Para a criança com Síndrome de Down se faz muito importante estimular diversas experiências, tais como: jogos e brincadeiras com cores, com sons, experiências afetivas (pegar no colo, trocar olhares e sorrisos) experiências expressivas, gestual e verbal. (SILVA, 2016).

Nesse sentido, as brincadeiras e o jogos no contexto escolar, têm uma intencionalidade, auxiliar na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. De acordo com os PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), arte favorece a integração aprendizagem estética e racional dos alunos.

Explorando as linguagens da arte nesse contexto, observamos algumas atividades pedagógicas vinculadas a arte que docentes podem desenvolver com os alunos com síndrome de Down para auxiliar no desenvolvimento acadêmico e na inclusão desses alunos.

De acordo com Silva (2016), Jogos como: Jogo da memória, da velha, baralho, dama e dominó, são jogos bastante presente nos ambientes escolares, esses ajudam na interação social, raciocínio lógico e na memória. Brincadeiras como: dança da cadeira, o mestre mandou, auxiliam na consciência corporal, atenção e obediência.

Jogos de imitação, brincadeira do espelho são atividades que ajudam na percepção visual, parcial e coordenação motora. Pular corda: auxilia na interação e coordenação motora global. Estátua é uma atividade que envolve atenção, comandos, obediência e consciência corporal.

 Corridas de cadeira de rodas, vôlei sentado, corrida de bumbum, brincadeira do espelho, algumas das brincadeiras que podem ser adaptadas para atender alunos com deficiência física.

O Teatro tem como intencionalidade desenvolver as potencialidades expressivas dos alunos. História cantadas, cirandas são algumas das mais diversas atividades pedagógicas que podem agregar as linguagens da arte para contribuir no trabalho docentes junto aos alunos com síndrome SD nas redes regular de ensino.

Esses tipos de atividades têm como objetivo atender as especificidades dos alunos com deficiência no campo intelectual, incluindo a síndrome de Down, elas favorecem a integração entre as aprendizagens estéticas e racional desses sujeitos.

Segundo Silva (2016) atividades envolvendo jogos e brincadeiras ajudam:

Desenvolver a independência, organização e hábitos de bom relacionamento; aprimorar a lateralidade; ampliar e enriquecer o vocabulário; adquirir conceitos de forma, quantidade, tamanho, espaço, tempo e ordem; desenvolver a coordenação motora fina e a consciência fonológica; compreender que as palavras são formadas por “pedaços” que são compostas por consoantes e vogais; segmentar oralmente as palavras em sílabas, etc, (SILVA, 2016).

Atividades artísticas são instrumentos muito importante no trabalho com alunos com SD, pois elas favorecem a construção de significados e aquisição de novos conhecimentos, beneficiando aspectos afetivo, cognitivo e social destes sujeitos.

 De acordo com Casarin e Castanho (2016)

O pensamento artístico permite que a pessoa com síndrome de Down explore e exercite suas capacidades, trabalhando com recursos como a visuoconstrução e a orientação espacial que estão presentes e preservados, em vez de exigir exercício intelectual, como o raciocínio abstrato que se apresenta mais limitado, e por isso torna o trabalho mais difícil desconfortável. (CASARIN; CASTANHO, 2016).

O trabalho com arte permite que os docentes conheçam as dificuldades e habilidades dos seus alunos, de modo que ele possa direcionar um trabalho pedagógico explore suas habilidades e respeite limitações de cada aluno.

 A inclusão escolar de forma geral requer muitas modificações. Assim, é imprescindível que toda a equipe escolar, assim como os docentes reveja suas atitudes e as práticas pedagógicas desenvolvidas em todo o contexto escolar. Dessa forma, pode-se perceber, que a arte abre novas possibilidades de trabalho para inclusão dos alunos com síndrome de Down na rede regular de ensino.

As práticas pedagógicas vinculadas ao campo artístico traz benefícios que vão além do campo intelectual aos alunos com SD, arte promovem a esses indivíduos sentimentos de realização e superação das suas próprias limitações.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa aqui apresentada busca trazer uma reflexão sobre a contribuição da arte no desenvolvimento e inclusão de alunos com síndrome de Down na rede regular de ensino. Este trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica realizada com autores referência no assunto.

Ao refletirmos sobre a inclusão de modo geral, observa-se que ela requer modificações em diversas áreas da sociedade. No âmbito escolar as mudanças vão desde as estruturas físicas às práticas pedagógicas. No contexto da inclusão as práticas pedagógicas é um fator de muito importante.

Este trabalho possibilitou uma reflexão a respeito de como os docentes estão desenvolvendo o trabalho com arte no ensino regular. Foi possível evidenciar que este conhecimento é pouco valorizado nos currículos das escolas de ensino regular, muitas das vezes a arte é vista como elemento secundário, menos importante que as demais disciplinas. Alguns professores deixa a arte de lado nas suas práticas, isso ocorre devido uma série de fatores, entre eles podemos destacar a falta de tempo, recursos pedagógicos, falta de incentivo por parte da equipe pedagógica entre outros.

Foi possível constatar que a Arte tem contribuído para inserção e socialização dos alunos com necessidades especiais em diversos âmbitos da sociedade. A mesma vem se destacando no trabalho com alunos com deficiências no campo intelectual.

Analisando o processo de inclusão dos alunos com Down da rede regular, observa-se que é imprescindível que os docentes revejam suas ações pedagógicas, reflita sobre as diferenças humana, as potencialidades e fragilidades de cada indivíduo.

 Em síntese, pode constatar que a arte é um caminho para a inclusão, Atividades ligadas ao campo da arte promove a socialização, partição e desenvolvimento das habilidades e capacidades dos alunos com SD. Todos indivíduos têm condição de se desenvolver em sua totalidade, desde que a eles sejam oferecidos caminhos e meios os quais possibilitam seu desenvolvimento e sua aprendizagem. Vale ressaltar, que esta investigação fica em aberto, de modo que ao despertar o interesse aos futuros pesquisadores pode ser utiliza como objeto de estudo e ser complementada.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>

h

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto**.** Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 91, p. 359-379, Junho ,2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n91/1809-4465-ensaio-24-91-0359.pdf>.

CASARIN, Sonia; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Síndrome de Down e Arte: contribuições de Vygotsky. **Boletim Academia Paulista de Psicologi**a, vol. 36, núm. 90, enero-junio, 2016, pp. 31-47 Academia Paulista de Psicologia São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=94649375004>.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise de produção do GT15-educação especial da ANPED. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.17, p.105-124, Mai-ago,2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17nspe1/09.pdf>.

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa e et al. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 14, n. 3, p. 497-508, Dec. 2008.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n3/v14n3a11.pdf>

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa et al. Inclusão de crianças com Síndrome de Down. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 17, n. 4, p. 649-658, Dez. 2012 . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v17n4/a11v17n4.pdf>

MACEDO, Marasella del Cármen Silva Rodrigues *et a*l. História da inclusão escolar: 5uma discursão entre texto e contexto. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.19, n.2, p.179-189, Abr-jun, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n2/02.pdf>

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n. 33, p. 387-405, dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>.

NEVES, Libéria Rodrigues. Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar. **Rev. Bras. Educ. espec**, Marília, v. 23, n. 4, p. 489-504, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382017000400489&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>

Pinto, Nelma Alves Marques. **Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: SESES, 2017.

PORTES, João Rodrigo Maciel et al. A criança com síndrome de Down: na perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, com destaque aos fatores de risco e de proteção. **Boletim - Academia Paulista Psicologia**. São Paulo, v.33, n.85, p.446-464, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v33n85/a15.pdf>

SAMPAIO, CT, and SAMPAIO, SMR. Educação inclusiva: o professor mediando para a vida. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0915-5. **Available from SciELO Books**. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 13, p. 135-153, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n13/13a09J.pdf>

SILVA, Amanda Gomes, **Atividade Lúdica: Contribuições para a educação das crianças com Síndrome de Down.** Universidade Federal da Paraíba. Paraíba. 2016. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=A+ATIVIDADE+L%C3%9ADICA%3A+Contribui%C3%A7%C3%B5es+para+a+Educa%C3%A7%C3%A3o+das+Crian%C3%A7as+com++S%C3%ADndrome+de+Down&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3D3Q1llSFisgsJ>

Streda, Carina; Vasques, Carla Karnoppi. Síndrome de Down (do) Down e as (im) possibilidades do aprender. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. **Reunião Científica Regional da ANPED**. UFPR-Curitiba Paraná, 24 a 27 de junho de 2016. Disponível em:

[file:///C:/Users/Note2018/Downloads/eixo22\_CARINA-STREDA-CARLA-KARNOPPIVASQUES%20(4).pdf](file:///C%3A/Users/Note2018/Downloads/eixo22_CARINA-STREDA-CARLA-KARNOPPIVASQUES%20%284%29.pdf)

WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? **Estudos de Psicologia**, Campinas, 23(1) 29-37 janeiro-março 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>

WUO, Andréa Soares. A construção social da Síndrome de Down. **Cadernos de Psicopedagogia**. São Paulo, v. 6, n.11, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cap/v6n11/v6n11a02.pdf>

1. Maria de Fátima Gomes Dos Santos concluinte do Curso de Pedagogia – UNESA [↑](#footnote-ref-1)
2. Rosaria Maria de Castilhos – Mestre em Psicologia – Orientadora de TCC- UNESA [↑](#footnote-ref-2)